

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025

AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA, com sede à Rua Doutor Raulino de Oliveira, nº 23, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/Espírito Santo, CEP 29.300-150 inscrita no CNPJ sob o nº 48.141.512/0001-02, por seu representante legal, vem, tempestivamente, perante vossa excelência, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fatos e fundamentos que seguem

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme consta no item “11” do presente edital, o prazo para a apresentação de recursos são de 3 (três) dias úteis, através do sistema eletrônico.

Portanto, o presente recurso é tempestivo.

2. DAS RAZÕES RECURSAIS

2.1. DO REGISTRO NO SINAPRO - DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - DA POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO COMPLEMENTAR

A inabilitação foi fundamentada na alegação de que a empresa apresentou o registro no SINAPRO/ES (Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo), o que não atenderia ao item 9.12.3.1 do edital, que exige o registro no SINAPRO/RJ (Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Rio de Janeiro).

Entretanto, a empresa esclarece que se encontra devidamente registrada no SINAPRO/ES, conforme comprovante apresentado, cumprindo integralmente os requisitos legais para o

exercício da atividade publicitária no Estado do Espírito Santo, conforme preceitua a Lei nº 4.680/1965.

A exigência do registro em sindicato estadual visa assegurar que a empresa esteja vinculada a uma entidade representativa da categoria, o que ocorre no caso da nossa empresa, visto que a Lei nº 4.680/1965 não faz menção à obrigatoriedade de registro no SINAPRO/RJ para empresas que não atuam no Estado do Rio de Janeiro. A interpretação de que apenas o registro no SINAPRO/RJ seria válido para habilitação no processo licitatório parece desproporcional e contrária ao espírito da legislação vigente, que visa garantir a representatividade das empresas de acordo com a sua localidade, vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

A exigência do registro no SINAPRO/RJ não está adequadamente fundamentada no edital, uma vez que a empresa realiza suas atividades no Estado do Espírito Santo, sendo o SINAPRO/ES a entidade competente para registrar as agências de propaganda que atuam nesse estado.

Ainda que a exigência de apresentação do registro no SINAPRO/RJ seja compreendida como uma forma de formalidade, a empresa entende que, em respeito ao princípio do formalismo moderado, a exigência de um registro específico no SINAPRO/RJ para empresas registradas no SINAPRO/ES ou em outros sindicatos estaduais da mesma categoria é excessiva e desproporcional. Esse princípio visa garantir a correta execução do processo licitatório sem prejuízo da competitividade, permitindo, em situações como essa, que seja considerada a relevância da documentação apresentada de acordo com o contexto e a atuação da empresa.

Diante do exposto, a empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA solicita a reconsideração da decisão de inabilitação, com a reavaliação da documentação já apresentada, ou a aceitação da diligência que, se considerada necessária, deveria buscar apenas uma regularização documental para o caso específico, sem implicar em desqualificação do processo licitatório da empresa.

Caso a comissão entenda ser imprescindível o registro no SINAPRO/RJ, solicitamos que seja concedido prazo para a apresentação de documento complementar, desde que o mesmo seja emitido anteriormente à abertura do certame, conforme disposto na notificação, sem que tal exigência implique na exclusão automática da empresa da disputa.

3. DO PEDIDO

Portanto, requer o recebimento do presente recurso, bem como, diante de tudo o que foi exposto, que o Recurso apresentado seja considerado totalmente procedente, a fim de que a Recorrente seja devidamente habilitada no certame, como única medida apta a resguardar os direitos inerentes à Administração e aos próprios Administrados.

Insta salientar ainda que, a súmula 473 do STF, dispõe sobre a possibilidade da administração anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Termos em que, pede-se deferimento.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 23 de outubro de 2025.

AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA